

ESPAÇO PÚBLICO



Pedro Sánchez



Sabe-se como começam as reparações históricas, mas raramente se sabe como acabam. A nova lei da memória histórica da Espanha corre o risco de seguir esse destino. Fazer justiça, dar nome às vítimas da violência franquista ou acabar com os privilégios dos descendentes dos seus esbirros são causas justas. Mas, ao regressar um passado traumatizante, a Espanha corre o risco de ressuscitar fantasmas que a transição democrática se esforçou por enterrar. (Pág. 25) **M.C.**



Luís Filipe Vieira



Quem desperdiçou ocasiões de golo foram os jogadores, quem orientou taticamente a equipa foi o treinador, mas quem ganhou uma dor de cabeça gigante foi o presidente do Benfica. A surpreendente derrota averbada ontem, em Salónica, empurrou os “encarnados” para fora da estrada de acesso à Liga dos Campeões e privou o orçamento da presente época de (pelo menos) 34 milhões de euros. Um rombo significativo, agravado por um ano de investimento-recorde (Pág. 37). **N.S.**

CCDR: nem regionalização, nem democracia



David Pontes
Editorial

Tanto para opositores como para apoiantes da medida, as eleições dos presidentes das comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que irão decorrer no próximo mês, eram um primeiro avanço para um processo de regionalização que, apesar de estar previsto na Constituição desde 1976, continua a marcar passo, cristalizando Portugal como um dos países mais centralizados da Europa.

Para os opositores não passava de

uma forma “encapotada” de fazer a regionalização, evitando um novo referendo e até as previsíveis reticências do Presidente da República. Para os seus defensores, nomeadamente para o primeiro-ministro, as eleições dos presidentes da CCDR eram uma forma de “criar no país a confiança necessária para os passos seguintes” na criação de regiões administrativas. O argumento tinha até alguma bondade. Num país que diabolizou a regionalização, era a hipótese de mostrar pela prática que conceder legitimidade democrática às regiões não significava criar mais “*jobs for the boys*”. Pelo que sabemos hoje ambos os lados estão errados.

Como já se escreveu neste espaço, ao limitar o colégio eleitoral aos autarcas – o ensino superior e as

empresas, por exemplo, sempre foram parceiros de eleição das CCDR – corria-se o risco de subordinar as comissões ao minifúndio institucional das autarquias, não favorecendo em nada o olhar transversal que o organismo é suposto ter sobre o território. Mas as coisas afinal não são bem assim, são só ainda um pouco piores.

Ao longo das últimas semanas, foi possível perceber que mesmo o poder dos autarcas nesta primeira eleição anda próximo do zero. Numas eleições deve haver vários candidatos, diferentes programas, a partir dos quais se faz o debate de ideias com que se enriquece a vivência democrática. Nada disso se irá passar nestas eleições, porque os candidatos estão a ser escolhidos por duas pessoas, António Costa e Rui Rio, e,

como tal, têm a eleição garantida. Em vez de democracia, iremos assistir a algo que não está longe de uma nomeação administrativa a que os autarcas irão dar o assentimento com o seu voto. Se isto é o princípio da regionalização, estamos conversados.

Aquilo a que se assiste neste processo é o consumir da lógica centralista do país. Hoje já ninguém espera independência ou vontade própria das estruturas partidárias distritais, ou, com raríssimas exceções, uma voz própria e livre dos autarcas fora da lógica dos seus partidos. O máximo que todos almejam e até exibem como trunfo político é estar nas boas graças do “chefe”. E para isso é essencial obedecer e fazê-lo sem muito ruído.

david.pontes@publico.pt



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

Fátima

As comemorações de 13 de Setembro juntaram mais de 100 mil pessoas, formando um dos maiores, se não o maior, ajuntamento desde o surgimento da covid. Ao contrário do que ocorreu com a Festa do *Avante!*, a qual se realizou com um décimo das pessoas, num espaço com maiores dimensões e com regras mais apertadas, nenhum representante político veio a público criticar a situação. (...) Quando milhares de restaurantes, cafés, cabeleireiros, entre outros, são obrigados a reduzir o número de clientes e a cumprir um sem-número de recomendações que ameaçam a sua própria sobrevivência, é inaceitável assistir a um ajuntamento de 100 mil pessoas, que vai contra tudo o que o Governo e DGS recomendam ao resto da população. Mais uma vez,

parecem existir certas actividades privilegiadas face à restante economia.

João António do Poço Ramos,
Póvoa de Varzim

Escola e cidadania

A solidariedade cidadã, aliada ao saber partilhado, é o grande traço civilizacional no combate às exclusões e na construção de sociedades mais justas. O que se aplica ao ensino, público ou privado: o papel da escola é, portanto, “fazer do privilégio de acesso à cultura, média e superior, a missão de não deixar ninguém para trás”. A frase é de Frei Bento Domingues no seu artigo “A marca cristã da escola católica”, saído no domingo no PÚBLICO, e com cujas ideias só é possível (independentemente de sermos crentes ou agnósticos) identificarmo-nos de coração

aberto. Trata-se do mais sólido esvaziamento que li de certa “carta aberta” contra uma disciplina dos *curricula* escolares, Cidadania e Desenvolvimento, em que se usaram argumentos não só muito reaccionários, mas, sobretudo, isentos de uma gota de humanismo! (...) Vitor Serrão, Lisboa

Nacional-porreirismo

O senhor primeiro-ministro, ao fazer-se incluir na comissão de honra do actual presidente do Benfica, é uma nítida e viva imagem do nacional-porreirismo. E, já se sabe, isto é tanto mais grave quanto é certo estarem a pairar nuvens incriminatórias contra a idoneidade desse presidente – tal como divulgado pela comunicação social. Então, indague-se: que honra? Para quê? E de quem? António Bernardo Colaço, Lisboa

PÚBLICOERROU

O PÚBLICO identificou erradamente, na sua edição de ontem, o secretário de Estado Carlos Miguel como um dos governantes que sairão do executivo no âmbito dos ajustes que serão levados a cabo por causa da candidatura de José Apolinário à CCDR do Algarve. Pelo facto, pedimos desculpa ao visado e aos leitores. Acresce que Carlos Miguel também já não é secretário de Estado das Autarquias Locais, mas sim adjunto e do Desenvolvimento Regional.

Na notícia “Costa e Marcelo em silêncio até quinta-feira sobre apoio a Vieira”, da edição de ontem, indica-se erradamente que o ministro da Economia era sócio gerente de uma empresa de produção de mirtilos quando já desempenhava um cargo no Governo. Pedro Siza Vieira era sócio gerente de uma empresa de imobiliário. Ao visado e aos leitores, as nossas desculpas.